

# Cidade, Cidadania e Qualidade de Vida

Claudete de Castro Silva Vitte\*

Discutir qualidade de vida e cidade requer que se considerem as políticas públicas e a disponibilização de equipamentos urbanos, seu alcance ou cobertura, já que, geralmente, é por seu intermédio que as chamadas necessidades humanas objetivas são atendidas. Mas, pressupõe considerar a questão do uso e apropriação dos espaços públicos que envolvem a questão da convivialidade, da sociabilidade, remetendo a alguns aspectos das chamadas necessidades subjetivas, mais afeitas à integração dos indivíduos à sociedade, aos vínculos e contatos com a comunidade, à participação na vida coletiva, dentre outros.

Nas cidades vivenciamos um momento no qual cada vez mais a vida na sociedade é marcada e regulada pela lógica do mercado, inclusive muitas vezes havendo a conversão da própria cidade em uma *mercadoria*, em contexto de grande competição entre localidades para a atração de investimentos diversos.

Esta lógica cada vez mais evidente remete a Henri Lefebvre que há décadas já assinalava o predomínio crescente da lógica do *valor de troca* sobre o *valor de uso* nas cidades capitalistas. Na discussão sobre qualidade de vida e cidade, cabe considerar que a lógica relevante é a do valor de uso porque é esta a lógica essencial na vida cotidiana, na cidade, entendida como um espaço vivido e percebido pelos seus habitantes.

Este texto pretende discutir sobre qualidade de vida e cidade considerando a questão da cidadania e da sociabilidade, em um momento em que as cidades vêm assumindo características perversas, cada vez mais segregadoras e injustas e quando cada vez mais ocorre um *esvaziamento* da arena política.

Partir-se-á do pressuposto, seguindo os argumentos de Francisco de Oliveira, que qualidade de vida não é sinônimo de cidadania e, de fato, a conquista da cidadania nem sempre é acompanhada da conquista da qualidade de vida e principalmente o oposto: a melhoria da qualidade de vida não significa a conquista da cidadania, o que seria uma inversão da POLÍTICA, já que é por meio desta que os cidadãos lutam pelo bem-estar e não o oposto (OLIVEIRA, 2002:11-12).

Considerando a relação cidade e cidadania, vivemos em cidades muitas vezes estranhas a nós, hostis, pouco acolhedoras. Para muitos, ela passa a ser percebida como espaços de privilégios, de exclusão, de barbárie. Sendo assim, há novos desafios para a gestão local e para as políticas públicas, que devem auxiliar no resgate do papel da cidade como lugar eletivo do processo civilizador.

Nessa realidade, na qual a vida da sociedade é cada vez mais regulada pelo mercado, há o reforço do

individualismo e a auto-segregação, em detrimento da sociabilidade e solidariedade no convívio na cidade.

Nesse contexto, este trabalho buscou fazer algumas considerações sobre as possibilidades e os limites do avanço da cidadania na cidade contemporânea, apontando que, a tomar pelo usufruto dos espaços públicos nas nossas cidades, tem havido um recuo da cidadania, entendida como igualdade de direitos, mas também de condições e de acessos aos equipamentos e espaços que a cidade oferece. Esse recuo reflete o aumento da segregação e a dificuldade crescente dos indivíduos lidarem com a diversidade. Assim, cabe às políticas públicas e à gestão local aprofundar as práticas democráticas em suas diversas modalidades, na tentativa de romper com o imobilismo e reforçar as formas de confiança e a solidariedade entre os cidadãos.

## Cidade e vida cotidiana: a dimensão do espaço vivido e percebido

A cidade é o *lugar* da manifestação do individual e da experiência coletiva, já que há uma multiplicidade de trocas que são constitutivas da produção da sociabilidade na cidade. A cidade, como lugar, tem uma dimensão explicativa e é uma condição de realização da vida cotidiana, que resulta de uma relação do indivíduo com a cidade.

Na cidade dá-se aquilo que Ana Fani Carlos (2001:33) chama do processo da produção da vida. Esta produção da vida dá-se pelos modos de apropriação do espaço. Segundo a autora, "cada sociedade produz seu espaço, expressando sua função social, determinando os ritmos da vida, os modos de apropriação, seus projetos e desejos" (CARLOS, 2001:34). Para ela,

"... as relações sociais têm sua realização ligada à necessidade de um espaço onde ganha concretude a casa como universo do homem privado; a rua como acessibilidade possível aos espaços públicos, lugar dos encontros, dos percursos [...]. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais e acidentais, na vida cotidiana. Revela-se como espaço passível de ser sentido, pensado apropriado e vivido pelo indivíduo por meio do corpo, pois é com todos os seus sentidos que o habitante usa o espaço, cria/percebe os referenciais, sente os odores dos lugares, dando-lhes sentido. Isto significa que o uso envolve o indivíduo e

\* Professora do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UNICAMP. E-mail: clavitte@ige.unicamp.br.

seus sentidos, seu corpo; é por ele que marca sua presença, é por ele que constrói e se apropria do espaço e do mundo no plano do lugar, no modo como usa o espaço e emprega o tempo da vida cotidiana” (CARLOS, 2001:34-35).

A cidade pode ser entendida, então, como um espaço concebido, como um espaço vivido e como um espaço percebido. O espaço concebido é o espaço abstrato, conceitual estratégico dos projetos e do planejamento urbano. Já os espaços vividos e percebidos são o espaço imediato, fragmentado da vida cotidiana (CARLOS, 2001: 26).

Segundo Dídima Olave Farias (1992:01), como espaço vivido, a cidade agrega símbolos e valores elaborados por meio de impressões e experiências pessoais, mas também experiências coletivas. Nas cidades, as atividades cotidianas, a busca pela satisfação das necessidades e desejos resulta de interações dos indivíduos com o mundo. Os indivíduos interagem com o mundo por meio das atividades cotidianas, na busca pela satisfação das necessidades e desejos.

Ana Fani Carlos lembra que o bairro, a praça, a rua, o pequeno comércio podem aproximar os moradores. Tais lugares podem ser mais do que pontos de troca de mercadorias, já que neles há a possibilidade do encontro, o que reforça a sociabilidade (CARLOS, 2001:35).

O indivíduo, ao vivenciar a cidade, percebe o meio e adquire uma imagem mental própria sobre ela, que pode diferir de outros indivíduos. Pedro Jacobi define a percepção como a visão ou a compreensão que as pessoas têm sobre o meio no qual vivem, sobre o seu *lugar*. Essas percepções individuais são afetadas por mediações socioculturais. A percepção de problemas, da qualidade de vida, na vida da cidade varia entre os diferentes grupos sociais (JACOBI, 1999:15). Há uma dimensão subjetiva que sofre interferência de fatores socioculturais e há também uma percepção coletiva, na qual o coletivo atribui ao espaço ocupado o seu sentido. Mas, “as leituras individuais do mundo se fazem por parâmetros gestados pela sociedade” (MORAES, 1988:19), sendo a consciência individual um produto social, bem como as subjetividades<sup>1</sup>.

### Cidade, cidadania: (in)civilidade?

Marco Aurélio Santana (2000: 44-53), ao discutir sobre a cidade e cidadania lembra que em Henri Lefebvre ser cidadão é ter direito à cidade. No entanto, na cidade, há grandes diferenças constitutivas que resultam em desigualdade, sendo ela que deveria ser o lugar de efetivação de direitos e deveres para todos.

A grande questão é que a segregação, tanto social quanto espacial, aumenta de forma extraordinária nos dias de hoje. Paulo César da Costa Gomes analisa como a segregação leva a um recuo da cidadania, refletindo sobre os usos dos espaços públicos nas cidades atuais

não apenas pela configuração física, mas pelo tipo de práticas e dinâmicas sociais que neles ocorrem.

São quatro as situações que o autor entende como provocadoras de uma subversão na idéia de cidadania associada aos usos de espaços públicos, idéia essa herdada do modelo de convivência social oriunda da Modernidade.

Primeiramente, há *uma apropriação privada de espaços comuns*, como demonstram os casos dos camelôs e dos condomínios fechados. Um outro processo que assinala esse recuo da cidadania é *a progressão das identidades territoriais*, que o autor utiliza como sinônimo de *tribalização*, e é marcado pelos discursos sobre a diferença de forma sectária, sendo o espaço fragmentado nas divisões impostas por grupos de afinidades. Associado ao primeiro processo, o autor aponta o que chama de *emuralhamento da vida social*, processo no qual o individualismo é mais exacerbado, levando a um confinamento social. O último processo ele chama de *crescimento das ilhas utópicas*, que os condomínios de luxo ilustram bem, ao “recriarem” um ambiente muitas vezes paradisíaco, apartado na malha urbana (GOMES, 2002: 176-188).

Assim, a urbanidade ou a civilidade ocorre de forma cada vez menos freqüente e homogênea nas cidades. Se os sinais da cidadania, da igualdade de condições, de acessos, de direitos e de deveres comuns a todos deveriam estar inscritos por toda parte e serem reconhecidos em todos os pontos, não é necessariamente o que acontece, pois as cidades apresentam as marcas da desigualdade de acessos aos equipamentos e aos lugares (SANTANA, 2000:45). Há, na verdade, uma situação de ausência de regras de organização que transforma o espaço público em áreas de disputa onde a convivência e o respeito social ao diferente é cada vez mais ausente.

São situações de risco potencial, cabendo a advertência de Suely Rolnik:

“obstruídas as saídas, a vida fica acuada e, aí sim, há grandes chances de se produzirem situações devastadoras: é que a qualidade da vida tem a ver com o grau que esta afirma sua potência criadora, e esse grau depende do quanto se está encontrando modos de expressão para as diferenças que vão se produzindo nas misturas do mundo,

<sup>1</sup> Antonio Carlos Robert de Moraes fala que “as formas espaciais são produto de intervenções teleológicas, materializações de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias. [...] Envolve uma finalidade. Teleologia é um atributo da consciência, a capacidade de pré-idear, de construir mentalmente a ação que se quer implementar. [...] A consciência está sediada, em termos estritos e absolutos, no ser individual. [...] Não existe ‘consciência coletiva’, mas *valores sociais* – como a ‘consciência de classe’ – que amarram diferentes indivíduos em projetos políticos comuns” (sem grifo no original) (MORAES, 1988: 16-17).

as quais se fazem à sombra de suas formas visíveis” (ROLNIK, 1995:158).

Ignorar o que há de subjetivo nos indivíduos e focar apenas os problemas materiais como aspectos fundamentais para a construção de um projeto de *felicidade coletiva*<sup>2</sup>, conforme muitos entenderam o planejamento governamental e os projetos de desenvolvimento levados a cabo em diversos países e cidades dos mais variados tipos mostrou-se como algo falho. Mas, ignorar a questão da cidadania como uma questão não resolvida da luta de classes, bem como defender como desnecessária a ação política pode ser alienante e inócuo.

Para concluir, cabe citar Leandro Konder:

“a cidade [é] um lugar onde as pessoas são desafiadas a conviver com diferenças incômodas e precisam aprender a persuadir os outros de que os interesses básicos da comunidade passam por *determinados* caminhos particulares, quer dizer: precisam aprender a fazer política” (KONDER, 1994: 74).

Se a cidade é o espaço político por excelência, a política deve retornar ao seu lugar de origem e recuperar o que foi legado pela cidade política da antiguidade greco-romana: a democracia, exprimindo a conquista dos direitos, a valorização dos espaços públicos e cívicos para a prática política; e a diversidade, como expressão da cultura.

### Referências bibliográficas

CARLOS, Ana Fani. *Espaço-Tempo na Metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.

CECCATO, Vânia Aparecida. Proposta metodológica para avaliação da qualidade de vida urbana a partir de dados convencionais de sensoriamento remoto, sistemas de informações geográficas e banco de dados georrelacional. *Dissertação de Mestrado*. São José dos Campos: INPE, 1994.

FARÍAS, Dídima Olave. Percepción del habitante em calidad de vida em ciudades intermédias de Chile. *Anais do Encontro Latino Americano de Geógrafos* (CD-Rom). Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 1992.

GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: Ensaio de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

JACOBI, Pedro. *Cidade e meio ambiente: Percepções e práticas em São Paulo*. São Paulo: Annablume, 1999.

KONDER, Leandro. Um olhar filosófico sobre a cidade. In: PECHMAN, Robert M. (org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1988.

OLIVEIRA, Francisco. Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In: SPINK, Peter *et alii* (orgs.). *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo: Polis: EAESP/FGV, 2002.

ROLNIK, Sueli. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In: MAGALHÃES, Maria Cristina Rios (org.). *Na sombra da cidade*. São Paulo: Escuta, 1995.

SANTANA, Marco Aurélio. Memória, cidade e cidadania. In: COSTA, Icléia T. M. & GONDAR, Jô. (Orgs.). *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.



<sup>2</sup> Tal denominação deve ser creditada a Alain Lipietz, em seu livro *Audácia*. São Paulo: Nobel, 1990.